

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

EDITAL Nº 1/PPGPD/2022

Regula o Processo Seletivo de candidatos ao curso de Mestrado Profissional em Direito do PPGPD/UFSC, com ingresso no segundo semestre de 2022.

O Coordenador do Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina publica as instruções para o processo de seleção de candidatos ao Curso de Mestrado Profissional em Direito para o período letivo que terá início no segundo semestre de 2022, conforme calendário da UFSC, respeitadas as normativas de segurança, legais e institucionais, relativas ao contexto pandêmico da COVID-19.

O Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito (Mestrado Profissional em Direito), cumpridas todas as exigências legais e ouvidas todas as instâncias competentes, foi aprovado pela UFSC no processo nº 23080.016251/2014-72 e criado pela Resolução CPG/UFSC nº 21/2015, e pela CAPES no processo nº 134/2014, na 156ª reunião do CTC-ES realizada de 24 a 26 de março de 2015.

As vagas deste Edital destinam-se a profissionais da área do Direito que preencham todas as exigências legais e demais requisitos presentes na Resolução Normativa CUn/UFSC nº 95/2017, no Regimento do PPGPD/UFSC e neste Edital, sendo parte delas destinadas exclusivamente a Magistrados e Servidores Concursados do Poder Judiciário de Santa Catarina, nos limites de vagas nele especificados.

O instrumento que destina vagas a Magistrados e Servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina foi firmado entre o Poder Judiciário de Santa Catarina PJSC e a UFSC, no âmbito do Convênio n. 18/2021.

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Das vagas e da elegibilidade à concorrência das vagas

1.1 As inscrições para a Seleção regulamentada neste Edital devem ser feitas exclusivamente pelos magistrados e servidores, portadores de diploma de Bacharel em Direito, devidamente habilitados pela Academia Judicial, conforme certidões SEI/TJSC - 5494699 e SEI/TJSC – 5494711.

1.2 Cada candidato poderá realizar uma única inscrição.

1.3 As inscrições serão destinadas ao preenchimento de vagas abertas para o Curso de Mestrado Profissional, regidas por este edital, em número de vinte e quatro, distribuídas nos seguintes termos:

a) Magistrados vitalícios do Poder Judiciário de Santa Catarina: 20 vagas;

b) Servidores efetivos¹ do Poder Judiciário de Santa Catarina, portadores de diploma de Bacharel em Direito: 04 vagas;

¹ Somente poderão se inscrever servidores efetivos que tenham finalizado o estágio probatório.
Edital nº 1/PPGPD/2022 – página 1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

1.3.1 Em observância à Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina - PAA-UFSC, há reserva de 06 (seis) vagas, conforme estabelecido nos itens 2.20 e seguintes.

1.4 É permitida a transferência das vagas sobranes do grupo dos Magistrados para o grupo dos Servidores e vice-versa), em situações de inexistência, em um dos grupos, de candidatos aprovados em número suficiente.

II. ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

2. DA INSCRIÇÃO ONLINE

2.1 As inscrições serão realizadas a partir das **09h00min do dia 05 de maio de 2022** até **23h59min do dia 02 de junho de 2022**, horário de Brasília, via online, nos termos do item 2.2. Não será homologada qualquer inscrição realizada antes ou após o período mencionado.

2.2 Para a sua inscrição, o candidato deverá, necessariamente, preencher o formulário de inscrição constante no link <https://capg.sistemas.ufsc.br/inscricao/index.xhtml?cdCurso=41010078>.

2.3 No formulário de inscrição haverá campo específico em que o candidato deverá anexar:

- a) um arquivo (em pdf) dos documentos de elegibilidade à concorrência de vaga (item 2.4);
- b) arquivos (em pdf), contendo os documentos mencionados no item 2.5;
- c) um arquivo (em pdf), contendo o documento mencionado no item 2.6;
- d) um arquivo (em pdf) contendo a documentação exigida nos itens relativos às normas de PAA-UFSC, em cumprimento aos itens 2.20 e seguintes.

Documentos Obrigatórios de Elegibilidade à Concorrência de Vaga

2.4 São **documentos obrigatórios de elegibilidade à concorrência de vaga**, a serem anexados na inscrição, nos termos na alínea a do item 2.3:

- a) Cópia digitalizada de Documento de Identificação – frente e verso (Carteira de Identidade, Registro de Identidade Civil (RIC), Carteira Nacional de Habilitação - CNH, Cédula de Identidade de Estrangeiro – CIE, Carteira de Conselhos, Identidade Militar, Passaporte), com foto legível.
- b) Cópia digitalizada do diploma (frente e verso) de Diploma de Graduação em Direito reconhecido pelo MEC, emitido por Instituição de Ensino Superior credenciada pelo MEC.
- c) Certidão de habilitação emitida pela Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, de acordo com o instrumento de Consulta N. 1/2022-AJ.

§1º Não serão aceitos em hipótese alguma Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação em modelo anterior à Lei nº 9.503/97, Carteira de Estudante, crachás e identidade funcional de natureza privada, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, ou, ainda, cópia de documentos, mesmo que autenticadas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

§2º Todos os documentos exigidos neste item deverão estar contidos em um único arquivo/documento em pdf, **na exata sequência disposta nas alíneas, sob pena de indeferimento da inscrição.**

§3º O candidato com alguma deficiência e/ou necessidade de atendimento diferenciado estabelecida em Lei (Decreto nº 5.296/2004) deverá informar, no ato de inscrição, no próprio formulário de inscrição, o tipo de deficiência e a forma de acessibilidade necessária para realização das etapas do Processo Seletivo descritas nesse Edital.

Documentos Obrigatórios para Avaliação Curricular

2.5 São **documentos obrigatórios para a inscrição, referentes à Avaliação Curricular**, a serem anexados quando da inscrição, nos termos na alínea b do item 2.3, no campo específico do formulário de inscrição, **na exata sequência, sob pena de indeferimento da inscrição:**

- a) *Curriculum Vitae*, no formulário da Plataforma LATTES/CNPq (<http://lattes.cnpq.br/>);
- b) Ficha de Avaliação do *Curriculum Vitae* (Anexo C deste Edital), completamente preenchida com a pontuação e somatório respectivos; (**documento editável no site do PPGPD**);
- c) Documentos comprobatórios do *Curriculum Vitae*, na exata sequência constante do **Anexo C** deste Edital, sob pena de indeferimento da inscrição provisória.

§1º. Os documentos comprobatórios, referentes à alínea “c” deste item, devem condizer, estritamente, à comprovação exigida nos itens do Anexo C deste Edital. Os documentos estranhos a tais itens não serão considerados.

Documento Obrigatório para Avaliação do Pré-Projeto

2.6 É **documento obrigatório para a inscrição, referente à Avaliação de Pré-Projeto**, a ser anexado na inscrição, nos termos da alínea c do item 2.3:

- a) Pré-projeto para o Trabalho de Conclusão do Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, em um único arquivo pdf, nos termos do Anexo B, **não devendo conter nenhum tipo de identificação do candidato, sob pena de indeferimento da inscrição.**

Comprovação de Proficiência em Língua Inglesa

2.7 É documento facultativo, **para o ato da inscrição**, a comprovação de proficiência em língua inglesa, a ser anexada em campo específico na plataforma de inscrição, em arquivo pdf.

2.8 Os candidatos aprovados deverão, no ato de matrícula comprovar a proficiência em língua inglesa.

2.8.1 Para fins de certificação para este processo seletivo, a proficiência na língua inglesa é comprovada mediante:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

- a) emitido pelo Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras da UFSC ou de departamento equivalente de outra universidade federal ou estadual; OU
 - b) Conforme recomendações da CAPES descritas abaixo: i) certificado do Test of English as a Foreign Language (TOEFL) em uma das modalidades: Paper Based Test com o resultado mínimo de 550 pontos, Computer Based Test com o resultado mínimo de 213 pontos, Internet Based Test com o resultado mínimo de 80 pontos; ou do Test of English for International Communication - TOEIC (mínimo de 605 pontos) ou ainda do International English Language Test - IELTS (mínimo de 6,0 pontos), todos com validade de cinco anos. Para TOEFL e TOEIC informações em: <http://www.ets.org> e para IELTS informações em: <http://www.ielts.org>.
- 2.8.2 Serão considerados apenas os certificados de proficiência emitidos a partir de 2017, tendo como limite de validade a data da matrícula realizada pelo candidato.
- 2.8.3 A declaração de exame de proficiência somente será aceita se tiver validade até a data da homologação do resultado final do Processo Seletivo, conforme Cronograma indicado no Anexo A deste Edital. Não havendo data de validade definida na certidão, será a mesma considerada válida pelo prazo de 4 (quatro) anos. Os diplomas de curso superior indicados em titulação e os certificados de conclusão de curso, em qualquer das línguas estrangeiras, possuem validade por prazo indeterminado.
- 2.8.4 Em situações justificadas, a critério do Colegiado Delegado, a comprovação da proficiência na língua inglesa poderá ser realizada posteriormente, no prazo limite de 12 (doze) meses do ingresso no programa.
- 2.8.5 A análise das situações indicadas no item anterior será realizada quanto houver pedido específico, que deve ser apresentado juntamente com o pedido de inscrição no processo seletivo.

Disposições Gerais sobre a Documentação

- 2.9 O não preenchimento completo da ficha de inscrição online, a falta do envio de todos os documentos mencionados no item 2.3 deste Edital ou o envio de algum documento não legível, implicará no indeferimento da inscrição.
- 2.10 Os documentos anexados devem seguir a exata sequência exigida neste edital, sob pena de indeferimento da inscrição.
- 2.11 A não entrega ou a entrega parcial da documentação exigida conforme o item 2.3 e correlatos acarretará o indeferimento da inscrição.
- 2.12 O candidato, ao apresentar a documentação requerida, responsabiliza-se legalmente pela veracidade de todas as informações prestadas.
- 2.13 É de inteira responsabilidade do candidato a adequação dos documentos de inscrição a todos os dispositivos contidos neste Edital, inclusive seus anexos, sob pena de desconsideração da documentação apresentada, para fins de pontuação, ou de indeferimento da inscrição.
- 2.14 Documentos extraviados cuja segunda via não possa ser emitida durante o prazo de inscrição deverão ser substituídos por solicitação de análise e deferimento justificada, nos moldes do subitem 2.2.2, seguida de Boletim de Ocorrência.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

- 2.15 Os documentos emitidos no exterior deverão estar chancelados pelas autoridades consulares brasileiras (legalização diplomática) ou munidos de apostila prevista no âmbito da Convenção de Haia relativa à supressão da exigência da legalização dos atos públicos estrangeiros, de 5 de outubro de 1961, respeitando-se as determinações legais em vigor.
- 2.16 Os candidatos poderão ser excluídos a qualquer tempo se verificados problemas de autenticidade e a veracidade dos documentos apresentados, bem como no atendimento do previsto na legislação nacional para acesso em programas de pós-graduação *stricto sensu*
- 2.17 O candidato, ao apresentar a documentação requerida neste Edital, salvo expressa previsão em contrário pelo Edital ou pela legislação de regência, não precisa apresentá-la autenticada, e se responsabiliza legalmente pela veracidade de todas as informações prestadas, sob pena de desclassificação e de sujeição às sanções legais.
- 2.18 No ato das inscrições serão verificadas a autenticidade e a veracidade dos documentos apresentados e, sendo o caso, poderá haver a notificação, por email, ao candidato, para que apresente a documentação autenticada ou até o respectivo original, ou ainda para que preste eventuais informações/explicações.
- 2.19 Por conta da Pandemia do Coronavírus (COVID-19), toda a documentação necessária para a inscrição somente de modo online, na forma e prazos do aqui dispostos, sendo que a complementação das informações acerca do procedimento de inscrição, ou o seu maior detalhamento, se necessário, será publicada no endereço eletrônico <http://mpd.posgrad.ufsc.br/>.

Disposição sobre a Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina

2.20 Com base na aplicação da Resolução normativa nº 145/CUn/2020, de 16 de outubro de 2020 este edital contempla as diretrizes do Ofício Circular n. 4/2022/PROPG, de 1o de março de 2021, bem como o Ofício Circular n. No 7/2021/PROPG, de 9 de março de 2021, prevendo a inclusão de normas relativas à Política de Ações Afirmativas da UFSC.

2.20.1 Este edital prevê a reserva de 06 (seis) vagas de Política de Ações Afirmativas, sendo: 04 (quatro) vagas de mestrado para pessoas de nacionalidade brasileira pertencentes aos segmentos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas, nos termos deste Edital; e 02 (duas) vagas de mestrado para pessoas, de nacionalidade brasileira, com deficiência.

Da reserva de vaga para pessoas de nacionalidade brasileira pertencentes aos segmentos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas conforme a Política de Ações Afirmativas da UFSC (PAA/UFSC)

2.20.2 Os candidatos que desejarem concorrer à vaga reservada para pessoas de nacionalidade brasileira pertencentes aos segmentos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas deverão fazer a expressa opção no ato da inscrição.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

2.20.3 Os candidatos que não optarem pela reserva de vaga concorrerão somente às vagas de ampla concorrência. Feita a opção, mesmo assim permanecerão aptos ao preenchimento das vagas destinadas à ampla concorrência.

2.20.4 Os candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas devem apresentar autodeclaração no ato de inscrição prevista no subitem 2.3 e correlatos deste Edital, de acordo com os modelos dispostos nos anexos F, G ou I, informando opção pelo ingresso via Política de Ações Afirmativas da UFSC (PAA/UFSC).

2.20.5 Os candidatos autodeclarados indígenas ainda deverão apresentar, no ato de inscrição prevista no subitem 2.2 deste Edital: (a) uma declaração de três lideranças indígenas reconhecidas; (b) uma declaração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) nas quais se configure o pertencimento a uma etnia indígena; (c) autodeclaração de que é indígena, a qual etnia pertence, o nome e município da aldeia e o Estado da Federação e declaração assinada por uma liderança indígena reconhecida, com o respectivo contato telefônico (Anexo G).

2.20.6 Os candidatos autodeclarados quilombolas ainda deverão apresentar no ato de inscrição prevista no subitem 2.3 deste Edital documento comprobatório de residência/pertencimento às comunidades remanescentes de quilombolas assinado por uma liderança de associação quilombola reconhecida pela Fundação Palmares, com respectivo contato telefônico (Anexo I).

2.20.5 Os candidatos autodeclarados indígenas ainda deverão apresentar no ato de inscrição prevista no subitem 2.2 deste Edital uma declaração de três lideranças indígenas reconhecidas e uma declaração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) nas quais se configure o pertencimento a uma etnia indígena.

2.20.6 Os candidatos autodeclarados quilombolas ainda deverão apresentar no ato de inscrição prevista no subitem 2.3 deste Edital documento comprobatório de residência/pertencimento às comunidades remanescentes de quilombos emitido por associação quilombola reconhecida pela Fundação Palmares.

2.20.7 Os candidatos que se inscreverem pela PAA/UFSC deverão, em data e horário a serem posteriormente divulgados no site do PPGD, se apresentar a uma banca formada e homologada pela Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD) da UFSC, o que deverá ser realizado por meio do sistema de videoconferência, por conta da Pandemia do Coronavírus (COVID-19).

2.20.8 A Banca de Política de Ações Afirmativas observará como critério o fenótipo (no caso dos candidatos autodeclarados preto/pardo) e o documento de comprovação de pertencimento a uma etnia indígena ou de pertencimento a uma comunidade quilombola, conforme documentação exigida neste edital.

2.20.9 Os candidatos inscritos pela PAA/UFSC que não comprovarem as exigências relativas à modalidade na qual se identificaram não terão suas inscrições homologadas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

2.20.10 Os candidatos que prestarem informações falsas relativas às exigências estabelecidas pela Resolução Normativa da UFSC estarão sujeitos à penalização pelos crimes previstos em lei.

2.20.11 Os candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas ou quilombolas participarão deste processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere às Etapas do certame, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como aos horários de início, datas, locais de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos, observado o disposto neste Edital.

2.20.12 Caso o candidato não encaminhe a documentação neste solicitada ou caso a documentação não atenda aos requisitos previstos neste Edital e nas disposições normativas aplicáveis, perderá o direito a concorrer à vaga reservada a pessoas autodeclaradas pretos, pardos, indígenas ou quilombolas, ou perderá o direito à matrícula, no caso de superveniente apuração de insubsistência da condição de pessoa autodeclarada preto, pardo, indígena ou quilombola.

2.20.13 Na hipótese de já ter passado por validação, com banca, regido pela Política de Ações Afirmativas da UFSC, o candidato poderá requerer a validação administrativa, mediante solicitação encaminhada à Comissão pelo email informado neste edital, juntando, para tanto, a documentação comprobatória.

Da reserva de vaga para pessoas de nacionalidade brasileira com deficiência (PAA/UFSC)

2.20.15 Em conformidade com a Lei nº 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para efeito deste edital, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual e/ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

2.20.16 Não poderão se candidatar às vagas reservadas à pessoas com deficiência os indivíduos que apresentem apenas deformidades estéticas e/ou deficiências sensoriais que não configurem impedimento e/ou restrição ao seu desempenho no processo de aprendizagem progressivo.

2.20.17 Não poderão se candidatar às vagas reservadas a pessoas com deficiência indivíduos que apresentem transtornos funcionais específicos (dislexia, discalculia, disgrafia, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade).

2.20.18 No ato da inscrição, as pessoas a concorrerem à reserva de vaga deverão anexar, quando da inscrição, em um único arquivo no formato *Portable Document Format* (.pdf) os seguintes documentos:

- a) Autodeclaração de pessoa com deficiência, contida no Anexo H.
- b) Laudo médico, realizado no máximo nos doze meses anteriores à inscrição neste processo seletivo, que deverá estar assinado por médico(a) especialista na área da deficiência do(a) candidato(a), contendo, na descrição clínica, o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID e

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

descrição do impacto da deficiência na funcionalidade. Deve ainda conter o nome legível, carimbo, assinatura e CRM do médico que forneceu o atestado.

- c) Candidatos(as) com Deficiência Auditiva (Surdez), além do laudo médico, devem apresentar os seguintes exames: audiometria (tonal e vocal) e imitanciometria, realizados nos doze meses anteriores à inscrição neste processo seletivo, nos quais constem o nome legível, carimbo, assinatura e número do conselho de classe do(a) profissional que realizou o exame.
- d) Candidatos(as) com Deficiência Visual, além do laudo médico, devem apresentar exame oftalmológico em que conste a acuidade visual, realizado no máximo nos doze meses anteriores à inscrição neste processo seletivo, como também o nome legível, carimbo, assinatura e CRM do(a) profissional que realizou o exame.

2.20.19 A documentação dos(as) candidatos(as) classificados(as) para a vaga de pessoa com deficiência será analisada por Comissão designada pela SAAD. A comissão poderá, caso necessário, solicitar aos(as) candidatos(as) que entreguem documentação adicional e/ou passem por uma arguição presencial.

Da homologação das inscrições

2.21 Somente serão homologadas as inscrições que atenderem ao disposto neste Edital.

2.22 O resultado das inscrições homologadas será divulgado na data estabelecida no cronograma, no endereço eletrônico <http://mpd.posgrad.ufsc.br/>.

2.23 Os recursos referentes a inscrições não homologadas deverão ser encaminhados ao email selecaompd2022@gmail.com nos prazos estabelecidos no cronograma. Não serão aceitos recursos encaminhados em horário anterior ou posterior ao indicado.

2.24 Os candidatos indicados nas inscrições homologadas estarão inscritos às próximas etapas do certame.

III. DAS ETAPAS DA SELEÇÃO

3 PRIMEIRA ETAPA: ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO PRÉ-PROJETO DE PESQUISA – ETAPA COM SIGILO DE IDENTIFICAÇÃO

3.1 Os candidatos com inscrição definitiva terão seus pré-projetos avaliados pela Comissão de Seleção do Processo Seletivo, com uma nota variável de zero a dez.

3.2 A avaliação dos pré-projetos é **etapa da seleção com sigilo de identificação**, nos termos no art. 8º, §2º, da Resolução Normativa n. 57/019/CPG da UFSC, de 28 de novembro de 2019².

² Disponível em

https://novaprg.paginas.ufsc.br/files/2019/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o_Normativa_N.%C2%BA_57_2019.CPG_de_28.11.2019.pdf

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

- 3.3 O Pré-Projeto de Pesquisa deve ter aderência a uma das linhas de pesquisa do Mestrado Profissional.
- 3.4 O Pré-projeto de Pesquisa deve tratar de estudo de caso, que consiste no exame científico de um caso ou mais casos em concreto, devidamente situado(s) no tempo e no espaço, ao qual se apresenta uma solução jurídica com o potencial escopo de construir ensinamentos para orientar condutas futuras.
- 3.5 O Pré-projeto deverá ser redigido em conformidade com a Norma Técnica ABNT NBR 15287 e demais normas técnicas aplicáveis e observar as instruções constantes no Anexo B.
- 3.6 A análise do pré-projeto será realizada considerando:
- a) aderência à linha de pesquisa indicada pelo candidato no momento da inscrição;
 - b) delineamento da pesquisa como Estudo de Caso;
 - c) adequação da proposta aos objetivos do Mestrado Profissional, especificamente com a análise de estudo de caso e com as instruções constantes no Anexo B;
 - d) relevância do tema e potencial propositivo, crítico e inovador;
 - e) revisão bibliográfica apresentada, aderência e abrangência das referências; e
 - f) coerência metodológica e exequibilidade.
 - g) Adequação ortográfica e uso do vernáculo (incluir na ficha de avaliação).
- 3.7 Os critérios constantes das letras “a” e “b” são pré-requisito para os demais; pré-projetos que não possuírem aderência a uma das linhas de pesquisa do Programa, expressamente indicadas neste Edital, serão avaliados com nota zero. Pré-projetos não configurados como Estudo de Caso serão avaliados com nota zero.
- 3.8 A nota de corte desta etapa será 7,0 (sete).

4. SEGUNDA ETAPA: AVALIAÇÃO CURRICULAR

- 4.1 A avaliação curricular será realizada pela Comissão de Seleção do Processo Seletivo e destina-se à obtenção da pontuação do *Curriculum Vitae*, que será convertida ao final em nota variável de zero a dez.
- 4.2 A avaliação curricular consiste na aferição e compatibilização da pontuação informada pelo candidato no preenchimento do Anexo C deste Edital com base na conferência desta com a documentação comprobatória apresentada para cada item.
- 4.3 O preenchimento do Anexo C deste Edital é de responsabilidade do candidato.
- 4.4 O candidato deverá preencher todos os campos do Anexo C com a pontuação a que fizer jus, conforme o disposto em cada item, ou com 0 (zero) caso não possua nenhuma pontuação no respectivo item.
- 4.5 As notas relativas aos títulos serão atribuídas considerando o total de pontos obtidos pelo candidato de acordo com a tabela constante do Anexo C deste Edital.
- 4.6 Ao aluno de curso de graduação que estiver cursando o último período letivo por ocasião da realização do processo seletivo não caberá a pontuação do título de Graduação em Direito, que deverá ser concluída anteriormente à matrícula no Mestrado Profissional do PPGPD/UFSC.
- 4.7 A nota do candidato corresponderá à pontuação do currículo dividida por 10 (dez), sendo que ao candidato que obtiver 100 pontos será atribuída a nota 10 (dez).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

4.8 Somente serão consideradas para os fins da avaliação curricular as atividades documentalmente comprovadas.

5. TERCEIRA ETAPA: ARGUIÇÃO

5.1 Os candidatos aprovados na fase anterior, respeitado o limite do item 6.2.5, serão ARGUIDOS pela Comissão de Seleção do Processo Seletivo, via online, no endereço eletrônico <http://mpd.posgrad.ufsc.br/>.

5.2 A arguição será realizada para aferir:

- a) os conhecimentos gerais do candidato sobre a linha de pesquisa para a qual apresenta a inscrição;
- b) as potencialidades do candidato para a realização de pesquisa e estudos avançados; e
- c) a história acadêmica do candidato e a aderência de sua produção à área de concentração e linha de pesquisa, comprovada mediante *Curriculum Vitae*, e sua disponibilidade de tempo para a dedicação às atividades de estudo e de pesquisa do Programa.

5.3 Os candidatos terão sua arguição avaliada com uma nota variável entre zero e dez, sendo 7,0 a nota de corte.

5.4 A arguição será pública, sendo vedada a presença de candidatos que concorram à mesma vaga.

III. DA AVALIAÇÃO, DOS RECURSOS E DEMAIS DISPOSIÇÕES

6. DA PONTUAÇÃO AVALIATÓRIA

6.1 Todas as avaliações serão convertidas em notas de zero a dez, com duas casas decimais, sendo desconsideradas as casas posteriores e vedado o arredondamento.

6.2 Serão utilizadas para a avaliação do pré-projeto de pesquisa e da arguição as fichas de avaliação específicas, conforme anexos deste Edital.

6.2.1 Nas fichas de avaliação serão utilizados para cada critério os conceitos *Muito Fraco*, *Fraco*, *Razoável*, *Bom*, *Muito Bom*, *Ótimo* e *Excelente*, com os valores 2, 4, 6, 7, 8, 9 e 10, respectivamente, para fins de cálculo da nota.

6.2.2 A ficha do pré-projeto apresente três etapas. As primeiras duas etapas são exigências prévias para a análise do conteúdo metodológico do projeto.

6.2.3 As fichas serão elaboradas para cada uma das avaliações desta seleção, considerando os critérios definidos neste Edital, atribuindo-lhes pesos e valores específicos.

6.2.4 As fichas de avaliação a serem utilizadas para pontuação do *Curriculum Vitae* serão elaboradas com base nos quadros e critérios constantes do “Anexo C” deste Edital.

6.2.5 O número máximo de classificados para a **fase da arguição** é de três candidatos para cada vaga oferecida.

6.2.5.1 Caso ocorra empate entre candidatos na quinta colocação, para uma determinada vaga, serão classificados todos os candidatos que estiverem empatados nessa posição.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

- 6.2.6 A média final dos candidatos será estabelecida de acordo com o seguinte cálculo:
- a) a nota auferida pelo candidato na análise do pré-projeto terá peso igual a 40%;
 - b) a pontuação obtida pelo candidato na análise do *Curriculum Vitae* e respectiva documentação comprobatória terá peso igual a 20%;
 - c) a nota auferida pelo candidato na arguição terá peso igual a 40%.
- 6.2.7 Serão considerados aprovados os candidatos na seleção que obtiverem a média final igual ou superior a 7,00 (sete).
- 6.2.8 No caso de empate na média final, os candidatos serão classificados segundo os critérios de desempate indicados, obedecida a seguinte sequência:
- a) maior tempo de experiência profissional, contado em semestres, segundo o *Curriculum Vitae* dos candidatos;
 - b) maior produção acadêmica, nos termos do item 3.1 do Anexo C.
- 6.2.9 A classificação será realizada em duas listas, uma para as vagas destinadas aos Magistrados e outra para as vagas destinadas aos Servidores.
- 6.2.10 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção pelo processo seletivo, ouvido, se necessário, o Colegiado Delegado.

7 DOS RECURSOS

- 7.1 Os recursos de todas as avaliações e decisões previstas no Edital deverão ser interpostos à Comissão de Seleção do Processo Seletivo no prazo informado no cronograma constante no Anexo A, os quais serão apreciados em regime de urgência, cabendo, de suas decisões, recurso ao Colegiado Delegado.
- 7.2 Da **avaliação do pré-projeto, realizada sob a égide do sigilo na identificação dos candidatos**, caberá recurso apenas nos casos de preterição de formalidade essencial ou erro de cálculo para a apuração das médias respectivas.
- 7.3 O candidato pode obter vista e solicitar informações relativas à sua avaliação no processo seletivo, no prazo recursal estabelecido para cada etapa, conforme o cronograma no anexo A, via email à Coordenação do PPGPD.
- 7.4 Das decisões da Comissão de Seleção do processo seletivo caberá recurso, sem efeito suspensivo, ao Colegiado Delegado do Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito da UFSC, que o apreciará em regime de urgência, antes da homologação do resultado final da seleção.

8 DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA SELEÇÃO

- 8.1 A Comissão de Seleção do processo seletivo será indicada nos termos do artigo 37, § 1º, do Regimento do PPGPD, sendo a Portaria designadora da Comissão divulgada no mesmo dia da publicação deste Edital.
- 8.2 A Comissão indicada nos termos do item 5.1 será encarregada de organizar e coordenar todo o processo seletivo com base no presente Edital.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

9 DA MATRÍCULA DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

- 9.1 A matrícula dos candidatos classificados para ingresso, nos termos deste edital, será realizada no Seminário de Integração do Mestrado Profissional, no segundo semestre de 2022, na data constante do calendário oficial do Programa.
- 9.2 O aluno que não comparecer ao Seminário de Integração, conforme previsto no artigo 45, Parágrafo único, do Regimento Interno do PPGPD, ou não realizar sua matrícula nessa data, perderá o direito à vaga.

10 DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10.1 A primeira e a terceira fases da seleção são eliminatórias, sendo a segunda classificatória.
- 10.2 Os candidatos aprovados deverão, no ato de matrícula, apresentar documento comprobatório da conclusão do Curso de Graduação (certidão ou diploma), se não o tiverem feito por ocasião da inscrição na seleção; o candidato que não realizar essa comprovação terá indeferido o seu pedido de matrícula e perderá o direito à vaga.
- 10.3 Os candidatos deverão comparecer em todas as etapas da seleção e se apresentarem na plataforma online 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o seu início.
- 10.4 Caso ocorra desistência do candidato selecionado, será chamado a ocupar a vaga remanescente o candidato classificado na sequência, com o mesmo professor orientador.
- 10.5 A inscrição no processo seletivo implica a aceitação plena, pelo candidato, das normas do presente Edital, do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito e das normas de hierarquia superior da Universidade Federal de Santa Catarina, e ainda, com os termos da Resolução TJ n. 8/2016 e Resolução GP n. 2/2004, naquilo que for aplicável.
- 10.6 Será excluído do processo seletivo o candidato que, ativa ou passivamente, for encontrado praticando qualquer tipo de fraude, ato de indisciplina ou improbidade durante a realização das provas.
- 10.7 Todas as informações e atos atinentes ao processo seletivo objeto do presente Edital serão publicados no *site* do PPGPD, disponível através do *link* <<http://mpd.posgrad.ufsc.br/>>.
- 10.8 As informações referentes a este processo seletivo serão prestadas exclusivamente através do site ou por e-mail (selecaompd21@gmail.com).
- 10.9 Os casos omissos ou duvidosos deverão ser encaminhados diretamente para apreciação da Comissão de Seleção do processo seletivo, que os analisará e publicará o resultado das decisões, cabendo recurso, em grau final, ao Colegiado Delegado do PPGPD.

Florianópolis, 03 de maio de 2022.

Prof. Dr. Orides Mezzaroba
Coordenador Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

Anexo A
EDITAL Nº 1/PPGPD/2022
PROCESSO SELETIVO MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO
CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

PUBLICAÇÃO DO EDITAL	
02 de maio de 2022	
INSCRIÇÕES	
Prazo para inscrições	06 de maio de 2022 a 03 de junho de 2022
Análise das inscrições recebidas	6 a 9 de junho de 2022
Publicação das inscrições deferidas	10 de junho de 2022, até as 18h
Prazo para interposição de recursos à Comissão de Seleção sobre a publicação das inscrições deferidas e indeferidas	13 de junho de 2022 a 15 de junho de 2022 em formulário publicado no site do PPGPD
Análise e publicação dos recursos pela Comissão de Seleção	16 de junho de 2022 a 17 de junho de 2022, com publicação nesta data às 17h00
Prazo para recursos ao Colegiado Delegado	21 de junho de 2022
Análise e publicação da análise dos eventuais recursos ao Colegiado Delegado	22 de junho de 2022, publicação às 17h00
AVALIAÇÃO DOS PROJETOS	
Avaliação dos projetos	23 de junho de 2022 a 30 de junho de 2022
Divulgação da avaliação dos projetos	01 de julho de 2022, às 17h
Prazo para interposição de recursos à Comissão de Seleção sobre o resultado da avaliação dos projetos	04 de julho de 2022 a 07 de julho de 2022
Análise e publicação dos resultados dos recursos desta etapa pela Comissão de Seleção	08 de julho de 2022, publicação às 17h00
Prazo para recursos ao Colegiado da decisão da Comissão	12 de julho de 2022

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
 CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

Análise dos recursos ao Colegiado Delegado e divulgação definitiva desta etapa	13 de julho de 2022, publicação às 17h00
AVALIAÇÃO DOS CURRÍCULOS	
Avaliação dos currículos	14 a 20 de julho de 2022
Divulgação da avaliação dos currículos	20 de julho de 2022, às 17h
Prazo para interposição de recursos à Comissão de Seleção sobre o resultado da avaliação dos currículos	20 a 22 de julho de 2022
Análise e publicação dos resultados dos recursos desta etapa pela Comissão de Seleção	25 de julho de 2022, publicação às 17h00
Prazo para recursos ao Colegiado da decisão da Comissão	26 de julho de 2022
Análise dos recursos ao Colegiado Delegado e divulgação definitiva desta etapa	27 de julho de 2022, publicação às 17h00
ARGUIÇÃO	
Divulgação do cronograma das arguições	28 de julho de 2022
Período para as arguições	1 a 5 de agosto de 2022
PERÍODO DE REALIZAÇÃO DAS BANCAS DE VALIDAÇÃO DA PAA-UFSC	
Data a ser divulgada previamente no site do PPGPD.	
CLASSIFICAÇÃO FINAL – PROVISÓRIA E DEFINITIVA	
Publicação da classificação final provisória do Processo Seletivo pela Comissão de Coordenação	15 de agosto de 2022, às 17h00
Prazo para recursos à classificação final provisória	16 a 18 de agosto de 2022
Publicação da classificação final pela Comissão de Coordenação, após análise dos recursos	19 de agosto de 2022, às 17h00
Prazo para interposição de recursos ao Colegiado Delegado contra a decisão da Comissão acerca da classificação final definitiva	22 de agosto de 2022

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

Publicação da classificação final pelo Colegiado Delegado, após análise dos recursos	23 de agosto de 2022 Publicação dos resultados às 17h00min do mesmo dia
Período para a realização da matrícula	24 a 26 de agosto de 2022
Seminário de Integração, obrigatório para os ingressantes	29 de agosto de 2022, a partir das 09h00.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

Anexo B
EDITAL Nº 1/PPGPD/2022
PROCESSO SELETIVO MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO
PRÉ-PROJETO DE PESQUISA – ESTUDO DE CASO
INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO

FORMATO

O total de páginas para o pré-projeto é de 10 a 20, incluída nesse total de páginas a folha de rosto do pré-projeto e as referências bibliográficas finais.

A folha de rosto deverá conter:

- a) número de inscrição no processo seletivo,
- c) linha e área de concentração escolhida, e
- d) o nome de dois possíveis orientadores, apontando primeira e segunda opção.

A apresentação do pré-projeto de pesquisa neste formato é OBRIGATÓRIA.

Use folha A4, com margens 3cm, fonte Times New Roman 12 com espaçamento 1,5, respeitando os títulos indicados e os limites de páginas.

CONTEÚDO

O pré-projeto de pesquisa deverá conter os seguintes itens:

1. Caracterização do Estudo de Caso

O Estudo de Caso é **método de procedimento de pesquisa** que consiste no exame científico de um caso ou mais casos em concretos, ao qual se apresenta uma solução jurídica com o potencial escopo de construir ensinamentos para orientar condutas futuras. Para tanto, o(s) caso(s) escolhido(s), delimitado em um período de tempo e em um local ou região específica, deve ser paradigmático (tais como um arranjo negocial, o modelo de fluxo de processos, projeto de infraestrutura, atividades empresarial, política pública, situação conflituosa, estratégia processual, etc.), viável, exequível e metodologicamente definido. A viabilidade do estudo pressupõe o acesso às fontes de pesquisa (documentação do caso, conversa com principais atores, participação direta).

2. Justificativa

Descrever objetivamente a relevância no contexto da área inserida e sua importância específica para o avanço do conhecimento.

3. Problema

Descrever, sucintamente, qual o questionamento do estudo de caso que deverá ser resolvido durante a pesquisa, delimitado nos critérios temporais e espaciais.

4. Objetivos

Explicitar os objetivos do projeto, tanto o geral, quanto os específicos.

5. Métodos e Procedimentos

Descrever sucintamente o método a ser utilizado para a execução do projeto e como os objetivos serão alcançados.

6. Revisão da Literatura

Apresentar o marco teórico por meio do qual a pesquisa será desenvolvida, explicitando categorias e construções argumentativas, bem como, se cabível, pesquisas anteriores, que fundamentem o estudo proposto.

7. Resultados e/ou produtos esperados

Descrever os resultados e/ou produtos esperados com a pesquisa, estimando a repercussão e/ou impactos socioeconômicos, técnico-científicos e ambientais dos resultados esperados na solução do problema focalizado.

8. Riscos e Dificuldades

Pontuar possíveis dificuldades e riscos potenciais que poderão interferir na execução das ações propostas de modo a comprometer o alcance das metas e objetivos estabelecidos. Explicitar as medidas, viáveis e exequíveis, para contornar ou superar tais dificuldades.

9. Cronograma

Distribuir em dois anos as atividades previstas para Mestrado.

10. Referências Bibliográficas

Nos termos da ABNT.

Anexo C
EDITAL Nº 1/PPGPD/2022
PROCESSO SELETIVO MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO
FICHA DE AVALIAÇÃO DO CURRÍCULUM VITAE
A SER PREENCHIDA PELO CANDIDATO E CONFERIDA PELA COMISSÃO NA ETAPA CORRESPONDENTE

NOME DO CANDIDATO(A):

GRUPO I – TÍTULOS ACADÊMICOS

Serão considerados os títulos de maior reconhecimento pela legislação vigente na área de conhecimento ou em área de conhecimento afim.

1 Títulos (máximo: 25 pontos)	PONTOS
1.1 Graduação em Direito (10 pontos)	
1.2 Graduação em outro curso (10 pontos)	
1.3 Especialização (5 pontos)	
PONTUAÇÃO DO ITEM 1	

GRUPO II – ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Serão consideradas as atividades compreendidas nos últimos dez anos. As frações de tempo superior a 4 meses serão contadas como um semestre.

2 Atividades profissionais (máximo: 30 pontos)	PONTOS
2.1 Advocacia privada (3 pontos por semestre)	
2.2 Advocacia pública (procuradorias e defensorias) (3 pontos por semestre)	
2.3 Magistratura (3 pontos por semestre)	
2.4 Ministério Público (3 pontos por semestre)	
2.5 Outras atividades profissionais da área do Direito a) Atividades profissionais jurídicas relacionadas a nível superior (assistência jurídica, assessoria jurídica, analista) (3 pontos por semestre) b) Atividades profissionais jurídicas relacionadas a nível médio A (técnico judiciário) (2 pontos por semestre) c) Atividades profissional jurídicas relacionadas a nível médio B (estágio) (1 ponto por semestre)	
PONTUAÇÃO DO ITEM 2	

GRUPO III – PRODUÇÃO INTELECTUAL

Será considerada a produção dos últimos dez anos.

3 Publicações de textos acadêmicos ou profissionais (máximo: 30 pontos)	PONTOS
3.1 Artigo publicado em revista <i>Qualis A</i> comprovado (6 pontos por publicação)	
3.2 Artigo publicado em revista <i>Qualis B1 e B2</i> comprovado (4 pontos por publicação)	
3.3 Artigo publicado em revista <i>Qualis B3 e B4</i> comprovado (3 pontos por publicação)	
3.4 Artigo publicado em revista <i>Qualis B5</i> comprovado (2 pontos por publicação)	
3.5 Livro integral (10 pontos por publicação)	
3.6 Capítulo de livro (4 pontos por publicação)	
3.7 Organização de livro (2 pontos por publicação)	
3.8 Artigo publicado em revista ou periódico, acadêmico ou profissional, <i>qualis C</i> ou que não possua <i>qualis</i> (1 pontos por publicação)	
3.9 Trabalhos completos publicados em anais de eventos (2 pontos por publicação)	
3.10 Organização de eventos (1 pontos por evento)	
PONTUAÇÃO DO ITEM 2	

GRUPO IV – ATIVIDADES ACADÊMICAS

Serão considerados as atividades compreendidos nos últimos dez anos. As frações de tempo superior a 6 meses serão contadas como um ano.

4 Docência, orientação e supervisão (máximo: 15 pontos)	PONTOS
4.1 Exercício de magistério no ensino superior de pós-graduação (2 pontos por ano)	
4.2 Exercício de magistério no ensino superior de graduação (2 pontos por ano)	
4.3 Atividades de docência em disciplinas não regulares (pós-graduação, graduação, cursos preparatórios, escolas e academias vinculados ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Advocacia), em cursos de extensão ou em atividades equivalentes (1 ponto por atividade de docência)	
4.4 Orientação de trabalho de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação (1 ponto por orientação)	
4.5 Supervisão/Orientação de estágios (1 ponto por supervisão/orientação)	
PONTUAÇÃO DO ITEM 3	
PONTUAÇÃO FINAL DO CANDIDATO	

Florianópolis, _____ de _____ de _____.

Assinatura da(o) Candidata(o)

Anexo D
EDITAL Nº 1/PPGPD/2022
PROCESSO SELETIVO MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO
FICHA DE AVALIAÇÃO DO PRÉ-PROJETO DE PESQUISA
ETAPA COM SIGILO DE IDENTIFICAÇÃO

Pré-Requisito 1: O pré-projeto apresentado possui aderência à área de concentração e à linha de pesquisa?

SIM (CONTINUA A AVALIAÇÃO DO PRÉ-REQUISITO 2)

NÃO (ATRIBUI ZERO)

Pré-Requisito 2: O pré-projeto apresentado configura-se como Estudo de Caso?

SIM (CONTINUA A AVALIAÇÃO)

NÃO (ATRIBUI ZERO)

CRITÉRIO e respectivo peso	PESO	ASSINALE COM "X"						
		INSUFICIENTE		SUFICIENTE				
		MUITO FRACO	FRACO	RAZO-ÁVEL	BOM	MUITO BOM	ÓTIMO	EXCELENTE
		(2)	(4)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
Aderência a uma das linhas de pesquisa do Programa, dentre os expressamente indicadas neste Edital	40%	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Relevância do tema e potencial propositivo, crítico e inovador	20%	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coerência metodológica, viabilidade e exequibilidade	20%	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação ortográfica e uso do vernáculo	10%							
Revisão bibliográfica apresentada e aderência e abrangência das referências	10%	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
NOTA FINAL		OBSERVAÇÕES:						

Florianópolis, _____ de _____ de _____.

Comissão Avaliadora

Anexo E
EDITAL Nº 1/PPGPD/2022
PROCESSO SELETIVO MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO
FICHA DE AVALIAÇÃO DE ENTREVISTA

CANDIDATO(A):

CRITÉRIO e respectivo peso	PES O	ASSINALE COM "X"						
		INSUFICIENTE		SUFICIENTE				
		<i>MUITO FRACO</i>	<i>FRACO</i>	<i>RAZO-Á VEL</i>	<i>BOM</i>	<i>MUITO BOM</i>	<i>ÓTIMO</i>	<i>EXCE-LE NTE</i>
		(2)	(4)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
Os conhecimentos gerais do candidato sobre a área de concentração e a linha de pesquisa para a qual apresenta a inscrição	60%	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Potencialidade do candidato para a realização de pesquisa e para implementação da proposta de estudo	40%	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
NOTA FINAL		OBSERVAÇÕES:						

Florianópolis, _____ de _____ de _____.

Comissão Avaliadora

Anexo F
EDITAL Nº 1/PPGPD/2022
PROCESSO SELETIVO MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO
AUTODECLARAÇÃO PPI - PAA-UFSC

NOME COMPLETO:

E-MAIL:

CPF:

AUTODECLARAÇÃO DE NEGROS (PRETO OU PARDO)

Tendo sido aprovado(a) e classificado(a) no Processo Seletivo para uma das vagas destinadas, nos termos da Lei 12.711/2012, Decreto Presidencial nº 7824/2012e Portaria Normativa nº 18/2012/MEC para uma das vagas destinadas à Política de Ações Afirmativas Étnico-Raciais:

() DECLARO para o fim específico de atender ao requisito inscrito no Processo Seletivo, que sou preto e possuo aspectos fenotípicos que me caracterizam como pertencente ao grupo racial negro; ou

() DECLARO para o fim específico de atender ao requisito inscrito no Processo Seletivo, que sou pardo e possuo aspectos fenotípicos que me caracterizam como pertencente ao grupo racial negro.

DECLARO ainda que estou ciente de que detectada a falsidade desta declaração sujeito-me às penas da lei, especialmente as consequências relacionadas ao Art. 9º da Portaria 18/2012-MEC e ao Edital deste processo seletivo.

Florianópolis (SC), _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Candidato

PARECER DA COMISSÃO DE VALIDAÇÃO DE AUTODECLARAÇÃO DE PRETOS, PARDOS E NEGROS

A comissão de Validação de Autodeclaração de Pretos, Pardos e Negros, após avaliação do(a) candidato(a):

() **SIM**, valida essa autodeclaração.

() **NÃO**, não valida essa autodeclaração e NÃO habilita o(a) autodeclarado(a) para matrícula, podendo o(a) mesmo(a) recorrer dessa decisão ao órgão administrativo competente.

Florianópolis , _____ de _____ de 2020

Assinatura SAAD

Anexo G
EDITAL Nº 1/PPGPD/2022
PROCESSO SELETIVO MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO
AUTODECLARAÇÃO PPI - PAA-UFSC

AUTODECLARAÇÃO DE INDÍGENAS

1. Declaro para o fim específico de atender ao Processo Seletivo de Pós-Graduação, para vagas reservadas para indígenas, conforme a Resolução Normativa 145/2020/CUn, que pertenço a etnia indígena: _____ proveniente da aldeia / terra indígena _____ localizada em (município / estado) _____

2. Declaro ainda que estou ciente de que detectada a falsidade desta autodeclaração sujeito-me às penas da lei.

Florianópolis, _____ de _____ de _____.

Nome: _____

Assinatura candidato(a): _____

3. Nome da liderança: _____

Telefone: _____

Assinatura: _____

PARECER DA COMISSÃO DE VALIDAÇÃO DE AUTODECLARAÇÃO DE CANDIDATOS/AS INDÍGENAS

A Comissão após avaliação dos documentos do(a) candidato(a):

SIM. Valida essa autodeclaração.

NÃO valida essa autodeclaração e NÃO habilita o(a) candidato(a) para a continuidade do processo seletivo pelas ações afirmativas.

Florianópolis, _____ de _____ de _____.

Assinatura da Presidência da Comissão:

Anexo H
EDITAL Nº 1/PPGPD/2022
PROCESSO SELETIVO MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO
AUTODECLARAÇÃO PcD - PAA-UFSC

NOME COMPLETO:

E-MAIL:

CPF:

AUTODECLARAÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Tendo sido aprovado (a) e classificado (a) no Processo Seletivo para uma das vagas destinadas, nos termos das Leis 12.711/2012 e 13.409/2016:

DECLARO para o fim específico de atender ao requisito inscrito no Edital do Processo Seletivo, que sou pessoa com deficiência.

DECLARO que estou ciente de que detectada a falsidade desta declaração sujeito-me às penas da lei, especialmente as consequências relacionadas ao Art. 9º da Portaria 18/2012-MEC e ao Edital deste processo seletivo.

Florianópolis (SC), _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Candidato

PARECER DA COMISSÃO DE VALIDAÇÃO DE AUTODECLARAÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Comissão de Validação da Autodeclaração de **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, após análise da documentação apresentada pelo(a) candidato(a), em relação às disposições do edital do processo seletivo:

SIM, valida essa autodeclaração.

NÃO, não valida essa autodeclaração e não habilita o(a) candidato(a) para matrícula, podendo recorrer dessa decisão ao órgão administrativo competente.

Florianópolis, _____ de _____ de 2022

Assinatura SAAD

Anexo I
EDITAL Nº 1/PPGPD/2022
PROCESSO SELETIVO MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO
AUTODECLARAÇÃO QUILOMBOLAS - PAA-UFSC

AUTODECLARAÇÃO DE QUILOMBOLAS

1. Declaro para o fim específico de atender ao Processo Seletivo de Pós-Graduação, para vagas reservadas para quilombolas, conforme a Resolução Normativa 145/2020/CUn, que pertenço a comunidade quilombola: _____

localizada em (município / estado) _____

2. Declaro ainda que estou ciente de que detectada a falsidade desta autodeclaração sujeito-me às penas da lei.

Florianópolis, _____ de _____ de _____.

Nome: _____

Assinatura candidato(a): _____

3. Nome da liderança: _____

Telefone: _____

Assinatura: _____

PARECER DA COMISSÃO DE VALIDAÇÃO DE AUTODECLARAÇÃO DE
CANDIDATOS/AS QUILOMBOLAS

A Comissão após avaliação dos documentos do(a) candidato(a):

SIM. Valida essa autodeclaração.

NÃO valida essa autodeclaração e NÃO habilita o(a) candidato(a) para a continuidade do processo seletivo pelas ações afirmativas.

Florianópolis, _____ de _____ de _____.

Assinatura da Presidência da Comissão: